

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO – BA

AN INCLUSIVE EDUCATION IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES: AN ANALYSIS IN VÁRZEA DO POÇO MUNICIPALITY – BA

LA EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA: UN ANÁLISIS EN EL MUNICIPIO DE VÁRZEA DO POÇO – BA

Klaus Araujo Santos¹
Janca Rios Pinho Costa²
Valdinei de Freitas Rodrigues³

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a prática pedagógica dos professores de Educação Física do município de Várzea do Poço de modo a compreender se há inclusão de alunos com deficiência em suas aulas. O estudo teve uma abordagem qualitativa, utilizando um questionário e uma entrevista semiestruturada feita aos professores de Educação Física, da rede municipal de Ensino Fundamental II, que possuem classe(s) com aluno(s) com deficiência. O que concluímos é que a realidade encontrada em Várzea do Poço nos mostra que o município possui apenas 1 escola do Ensino Fundamental II, de acordo a coleta de dados há 12 alunos com deficiência matriculados no ano de 2019. Todos têm aulas com professor formado em Educação Física, totalizando 2 docentes. Pôde ser observada, que os professores compreendem a inclusão como uma forma de acolher e conviver com as diferenças. Através dos discursos dos professores, foi possível evidenciar o uso das adaptações em atividades para participação dos alunos com deficiência que fazem parte da turma. Embora as concepções de inclusão dos professores não estejam totalmente de acordo com a ideia de inclusão da Declaração de Salamanca, percebemos que em suas práticas eles buscam um caminho para chegar à inclusão. Na categoria das dificuldades, de acordo aos professores os problemas que dificultam o caminho de uma educação inclusiva são a formação dos professores no que diz respeito as estratégias usadas, o preconceito, e a estrutura física.

Palavras-chave: Educação Física; Deficiência; Inclusão.

Abstract

This research aimed to analyze the pedagogical practice of Physical Education teachers in the municipality of Várzea do Poço in order to understand whether there is inclusion of students with disabilities in their classes. The study had a qualitative approach, using a questionnaire and a semi-structured interview made to Physical Education teachers, from the municipal network of Elementary Education II, who have class (es) with student (s) with disabilities. What we conclude is that the reality found in Várzea do Poço shows us that the municipality has only 1 elementary school, according to the data collection there are 12 students with disabilities enrolled in 2019. All have classes with a teacher trained in Physical Education, totaling 2 teachers. It could be observed

¹ Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Professor na Universidade do Estado da Bahia. Professor na Universidade do Estado da Bahia.

² Graduanda em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia.

³ Especialista em Treinamento Desportivo.

that teachers understand inclusion as a way of welcoming and living with differences. Through the speeches of the teachers, it was possible to highlight the use of adaptations in activities for the participation of students with disabilities who are part of the class. Although the teachers' conceptions of inclusion are not fully in line with the idea of inclusion in the Salamanca Declaration, we realize that in their practices they seek a way to reach inclusion. In the category of difficulties, according to teachers, the problems that hinder the path to an inclusive education are the training of teachers with regard to the strategies used, prejudice, and physical structure.

Keywords: Physical Education; Deficiency; Inclusion.

Resumem

Esta investigación tuvo como objetivo analizar la práctica pedagógica de los docentes de Educación Física del municipio de Várzea do Poço con el fin de comprender si hay inclusión de estudiantes con discapacidad en sus clases. El estudio tuvo un enfoque cualitativo, mediante un cuestionario y una entrevista semiestructurada realizada a docentes de Educación Física, de la red municipal de Educación Primaria II, que tienen clase (s) con alumno (s) con discapacidad. Lo que concluimos es que la realidad encontrada en Várzea do Poço nos muestra que el municipio tiene solo 1 escuela primaria, según la recolección de datos, hay 12 estudiantes con discapacidad matriculados en 2019. Todos tienen clases con un maestro capacitado en Educación Física, totalizando 2 profesores. Se pudo observar que los docentes entienden la inclusión como una forma de acoger y convivir con las diferencias. A través de las intervenciones de los docentes, se pudo destacar el uso de adaptaciones en actividades para la participación de los alumnos con discapacidad que forman parte de la clase. Si bien las concepciones de inclusión de los docentes no están del todo alineadas con la idea de inclusión de la Declaración de Salamanca, nos damos cuenta de que en sus prácticas buscan una forma de llegar a la inclusión. En la categoría de dificultades, según los docentes, los problemas que dificultan el camino hacia una educación inclusiva son la formación de los docentes en cuanto a las estrategias empleadas, los prejuicios y la estructura física.

Palabras llave: Educación Física; Deficiencia; Inclusión.

Introdução

A Educação é um processo que possibilita a aquisição de conhecimentos por qualquer indivíduo viabilizando o seu desenvolvimento pessoal bem como em suas interações sociais. Entre os aspectos sociais que podem ser desenvolvidos no processo educacional estão: valores, princípios, deveres e saberes necessários para a construção de um cidadão. A escola é um dos mediadores para que esse desenvolvimento possa acontecer, com a ajuda de professores, estudantes, pais e todos que estão envolvidos no processo educacional (LUCKESI, 1994; NOVELLI, 2001).

A Educação Inclusiva é definida como o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com deficiência na escola regular (HEGARTY, 1994; apud CRUZ; EL TASSA, 2016), independentemente se a criança possui

dificuldades intelectuais ou físicas, esse processo visa acabar com a exclusão e segregação (que fizeram parte do processo histórico da inclusão, quais serão descritos mais adiante no trabalho).

Os focos das ações educacionais devem ser sempre nas potencialidades dos alunos com deficiência, e não em suas limitações/dificuldades, de forma que ocorra uma reformulação no sistema, inserindo novos conteúdos, estratégias e métodos na educação, para que se tenha um ensino igual e participativo para todos (BIAGGIO, 2007; HEHIR et al., 2016).

A inclusão é algo importante e necessário nas escolas e nas aulas de Educação Física, pois é algo fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e motor dos estudantes, de forma que haja integração dos mesmos no âmbito escolar e na vida social (LARA; PINTO, 2017).

Apesar de um longo caminho ter sido percorrido, ainda há discriminação por parte de algumas pessoas envolvidas no processo educacional. Desse modo a Educação Física, como componente curricular não pode tratar com neutralidade o movimento da educação inclusiva, pois fazendo parte do currículo deve colaborar no sistema de inclusão nas escolas (BRASIL, 2001; AGUIAR; DUARTE, 2005).

A primeira lei no Brasil que cita pessoas com deficiência é do ano de 1961, qual ainda usa o termo “excepcionais”, que é a Lei nº 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei mais recente é do ano de 2015, a Lei Nº 13.146 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, além desses documentos muitos outros surgiram nesse meio tempo, qual faremos a análise de alguns mais adiante no trabalho.

Porém, dentre as dificuldades existentes no processo de inclusão das pessoas com deficiência, iremos nos debruçar na análise daquelas que são eventualmente encontradas nas aulas de Educação Física, que ocorrem de forma corriqueira, e muitos estudantes com deficiência, no momento da prática são dispensados (BIANCONI; VAN MUNSTER, 2009; AGUIAR; DUARTE, 2005). No entanto, cabe ao professor desenvolver métodos pedagógicos que possam incluir a todos sem distinção; e à gestão escolar modificar o ambiente conforme as carências do estudante, para que assim, as aulas sejam realizadas com maior êxito.

Cavalcante (2005), ressaltou que através da inclusão haverá muitos benefícios como a socialização desses estudantes com os demais, um acentuado favorecimento do desenvolvimento físico e psicológico para todas as crianças, as quais durante sua rotina irão aprender a serem tolerantes solidários e responsáveis entre eles. A partir da análise da história que concerne à educação inclusiva, é importante entender se esse processo contribuiu para que os professores hoje reconheçam a relevância da inclusão dos estudantes com deficiência em suas aulas.

A diversidade está em todos os lugares, inclusive na escola quando nos deparamos em uma classe com diferentes crianças, sendo elas estudantes com deficiência ou não. Por isso é preciso que se dê importância à diversidade na escola, pois assim estará levando aos estudantes outros conhecimentos e motivações (BORGES et al., 2013).

Portanto, é preciso identificar os fatores que implicam diretamente na realização de uma educação inclusiva adequada para todos os tipos de necessidades, e quais são as mudanças necessárias devem ocorrer no ambiente escolar para que a inclusão seja alcançada em sua plenitude (BORGES et al., 2013; SILVA, 2015).

A motivação desta pesquisa tem relevância pessoal pelo fato de após ter ingressado na Universidade me interessei pelo o tema da inclusão nas aulas de Educação Física, por já ter contato no meu cotidiano com estudantes com deficiências, e por ser uma admiradora das práticas inclusivas, diante da oportunidade de estar em um curso de Educação Física surgiu o desejo de pesquisar acerca desta temática.

Tendo em vista o número de estudantes com deficiências existentes no município de Várzea do Poço, que estudam em escolas regulares e públicas, se torna fundamental para a sociedade que pesquisas sejam feitas sobre esse assunto, vindo a contribuir bastante para a realidade escolar do referido município.

Diante das respostas encontradas a investigação poderá contribuir para uma discussão academicamente mais ampla, sobre como os professores de Educação Física atuam em suas aulas quando existem estudantes com deficiência na turma, principalmente no que concerne sobre as suas práticas para inclusão desses estudantes nas aulas.

A partir destas considerações, surge o problema: Como ocorre o processo de inclusão nas aulas dos professores de Educação Física de Várzea do Poço?

Para nortear esta pesquisa tenho como objetivo geral, analisar a prática pedagógica dos professores de Educação Física do município de Várzea do Poço de modo a compreender se há inclusão de alunos com deficiência em suas aulas.

Para que o objetivo geral seja alcançado foram desenvolvidos alguns objetivos específicos: compreender qual a concepção de cada professor referente a inclusão; identificar os meios utilizados para que a inclusão ocorra; identificar o que dificulta uma prática pedagógica inclusiva nas escolas de Várzea do Poço.

Aspectos históricos

De acordo a história, o surgimento da inclusão como é conhecida hoje, passou por um longo processo, que tinham origens de uma exclusão social na qual qualquer pessoa com algum comprometimento era sacrificada (DO PRADO; MAROSTEGA, 2001).

Na Grécia Antiga, era comum que as crianças recém-nascidas com alguma deficiência fossem assassinadas, esta prática também era usada na China antiga e em outras culturas, esses atos só começam a serem combatidos na Europa Medieval com a influência do catolicismo, qual cria que fosse um castigo divino ou um meio de testar a caridade das pessoas (SILVA, 2015).

Com a influência da doutrina cristã, passou a haver uma tolerância a essas pessoas e uma aceitação caritativa: por serem merecedores de caridade, deveriam ficar segregadas, recebendo moradia e alimentação. Há uma ambivalência nesse comportamento de uma sociedade que acredita explicar como ligadas à “expição de pecados” as causas dos problemas dos excepcionais, por isso estes merecem castigos e devem viver confinados. Desse período constam relatos de torturas e promiscuidade, da crueldade da inquisição, da qual muitas pessoas diferentes do que era considerado normal foram vítimas por conta de concepções fanáticas, mitológicas e tendenciosas. (RIBEIRO; BAUMEL, 2003, p. 42).

Todos esses fatos refletiram na educação para as pessoas com deficiências, que passou por algumas fases que veremos a seguir. Mesmo depois desses períodos as pessoas com deficiência começaram a serem vistas de forma diferente por conta da ciência que começou a observa-las, e se inicia experiências educacionais em países da Europa, e no Brasil no período do Império surgem institutos para atender essas pessoas que eram apenas pacientes que precisavam de especialistas (RIBEIRO; BAUMEL, 2003; SILVA; 2015).

- As fases da educação para pessoas com deficiências

A educação para as pessoas com deficiência foi dividida por fases, primeiramente esse grupo era excluído do âmbito educacional através da pedagogia de exclusão, pedagogia essa que via os estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais especiais como doentes e incapazes, dessa forma a aceitação tanto na comunidade escolar quanto social era difícil (BRASIL, 2001). “Um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e inclusão social e escolar” (BRASIL, 2001. p.20).

A segunda fase é marcada por um período de segregação, onde começam a surgir escolas para as pessoas com tipos de deficiência específicas, conhecidas como escolas especiais, que tinham o objetivo de inserir esses alunos no sistema escolar possibilitando pela primeira vez a educação, “As escolas especiais, portanto, não eram, como alguns pensam, escolas “segregadoras”, pelo contrário, integraram pela primeira vez as crianças com deficiência no sistema escolar” (BEYER, 2010, p. 14).

Em um terceiro momento começa a integração que era um novo meio de inserção das pessoas com deficiências no ensino regular que “tinha como objetivo principal integrar o indivíduo com deficiência ao convívio social, com vistas a aproximá-lo o mais próximo possível da “normalidade” (SILVA, 2015, p. 29). E por fim, surge o que até hoje chamamos de inclusão “Nela a proposta principal está em buscar um sistema de ensino que seja capaz de acolher a todos, independente da sua necessidade especial e/ou deficiência.” (SILVA, 2015, p.29).

Mas antes de qualquer outra coisa, faz-se necessário ressaltar que a inclusão é diferente da integração, visto que a Educação Física através da integração conseguiu perceber o potencial das pessoas com deficiência (COSTA; SOUSA,2004).

As diferenças principais entre integração e inclusão residem no fato de que a primeira significaria preparar os alunos para serem colocados nas escolas regulares, de forma que cairia sob o aluno a responsabilidade em se adaptar aos métodos, a estrutura e ao currículo da escola, não havendo possibilidade de alteração da escola em acomodar os alunos considerados diferentes (MITTLER, 2003 apud SILVA 2015, p. 29).

Diferente da integração, a inclusão é algo revolucionário, pois retira a responsabilidade do estudante se adaptar aos métodos, mas que os métodos sejam adequados aos mesmos, pois irá mudar tanto currículo, quanto as escolas,

de forma que a pedagogia na sala de aula transforme totalmente uma educação regular em um ensino inclusivo (SILVA, 2015).

De acordo a Dellani e Moraes (2012) A inclusão é inovadora, e é um movimento mundial qual luta pelos direitos das pessoas com deficiência, juntamente com as famílias que buscam lugar na sociedade para os mesmos, mas que vem tendo seu sentido distorcido, surgindo polêmicas dentro dos segmentos educacionais.

O processo de uma sociedade inclusiva é muito importante, nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), diz que a inclusão é a garantia para todos de um espaço comum de uma vida social, acolhendo a diversidade humana e aceitando as diferenças individuais.

Percebe-se que o paradigma da inclusão atualmente está concretizado no ensino de pessoas com deficiência em escolas regulares de modo igualitário, no qual a partir do que já foi discutido, deve-se avaliar os estudantes de acordo as suas potencialidades, pois a “educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças não uma simples colocação em sala de aula” (SASSAKI, 1997, p. 122 apud SILVA, 2015, p. 35), e é com essa aceitação que os estudantes se sentirão parte da classe, pois não serão tratados com diferença pelos colegas, mas participarão juntos de toda e qualquer atividade, de modo que seja adaptável.

Porém ainda existe dificuldades por partes dos professores em ensinar o estudante sem e com deficiência juntos, por questões pessoais ou não, assim se torna imprescindível construir meios para que todos compreendam os benefícios que ambas as partes terão com o convívio com as diferenças, enriquecendo o ambiente escolar, umas das medidas já existentes que auxiliam essa inclusão é a educação especial que é um ensino que é focado nas especificidades oriundas da deficiência de cada estudante, de forma que um venha a auxiliar o outro (FERREIRA, 2007; SILVA, 2015).

Dessa forma, a partir da popularização da educação inclusiva, uma nova concepção de educação vai crescendo, de forma que as escolas não venham incluir apenas estudantes com deficiências, mas todos os discentes, pois cada um tem suas limitações, medos e desejos; assim “as particularidades que envolvem os alunos com deficiência serão constantemente articuladas com a escolarização dos alunos que não têm deficiência.” (NUNES, SAIA E TAVARES, 2015, p. 1109).

Segundo Nunes, Saia e Tavares (2015, p.1117) “A diversidade presente na educação inclusiva não é um favor aos grupos historicamente excluídos, mas uma luta pela humanização de todos nós.”, pois a partir do momento que não nos privamos e nem privamos os demais estudantes dessa socialização, eles por meio da inclusão escolar saberão lidar com as diferenças em sua vida futuramente, pois estarão sendo ensinados e humanizados através dessa formação e educação, que é possível através da inclusão na escola.

Se já houve tanta dificuldade em incluir crianças com deficiência no ensino regular, não é diferente nas aulas de Educação Física. Ainda não se encontram na literatura muitas produções acerca das adaptações curriculares para estudantes com deficiências nas aulas de Educação Física, ela pouco caminhou para atingir a inclusão, tendo seus conteúdos estagnados, e uma forma é recorrer as adaptações (COSTA; SOUSA, 2004; SILVA, 2011).

Souza (2003), num estudo que realizou com 5 participantes, professores de Educação Física, sobre o tema inclusão do educando com deficiência no ensino regular da escola pública, diz que a inclusão implica em gestão democrática na escola e que, numa sociedade que gera e administra uma legião de excluídos, com prioridades sociais competitivas, discutir inclusão torna-se tarefa bastante embaraçosa e difícil.

Além de um currículo flexível que possibilite ser adaptado as diferentes necessidades de aprendizagem do aluno, é necessário também que a formação inicial (graduação) do professor, lhe garanta elementos que lhe deem subsídios para uma intervenção pedagógica satisfatória (SILVA, 2015, p.55).

A Educação Física Adaptada, é uma área que discute alterações biológicas e sociais, de pessoas com baixo rendimento motor, pessoas com déficit cognitivo. Segundo Rosadas (1994) apud Strapasson et al. (2007), “é a Educação Física aplicada em condições especiais, visando uma população especial que necessita de estímulos especiais de desenvolvimento motor e funcional”, busca elementos pedagógicos para serem aplicados, de modo que se desenvolvam diferentes dimensões a partir de exercícios físicos e atividades recreativas.

A Educação Física Adaptada, surgiu nas graduações a partir da resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, qual os professores venham atuar com pessoas com deficiência. Porém na formação eles não receberam assuntos que os preparassem para tal

atuação, nem mesmo que tivesse ligação com a inclusão (CIDADE; FREITAS, 2002).

Para Silva (2005) apud Silva (2015) não se tem um padrão para se ensinar a Educação Física Adaptada em cursos de graduação, de forma que isso agrava por não ser algo articulado com os outros conteúdos.

Como forma complementar, algumas instituições desenvolvem pesquisas e atividades de extensão no âmbito da Educação Física Adaptada, porém, como nem todas as instituições de ensino superior possuem tal iniciativa e como geralmente se trata de uma atividade extracurricular, nem todos os alunos têm este contato (SILVA, 2015, p.60).

Através da Educação Física, os professores com seus métodos e conteúdos podem envolver os estudantes com deficiência em suas aulas, mas se faz necessários que tenham conhecimentos básicos acerca da deficiência de seus estudantes, e os diferentes aspectos do desenvolvimento humano, de modo que venham a pesquisar, de forma que conheçam e busquem meios de ensinar a todos. Pois a partir da Educação Física Adaptada será possível superar obstáculos e proporcionar a aprendizagem.

[...] uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (DUARTE; WERNER, 1995, p. 9).

É também de grande importância que a criança com deficiência sintam-se segura e confortável no ambiente escolar, para que haja um melhor desenvolvimento em seu aprendizado, assim essa área da Educação Física, além de auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem ajudará também na motricidade, de forma que o cognitivo e motor seja desenvolvido, pois por meio de atividades práticas, lúdicas, assim trabalharam as individualidades, respeitando os limites visto que mente e corpo estão ligados. Dessa forma a escola, e os professores devem sempre está buscando conhecimento, a fim de sempre promover um ensino de qualidade a todos os estudantes, sendo esse incluídos efetivamente em todo âmbito escolar (STRAPASSON; CARNIEL, 2007).

É necessário que a instituição escolar fique mais atenta aos interesses, necessidades, dificuldades e resistências apresentadas pelos alunos no decorrer do processo de aprendizagem. A escola que assim proceder estará caminhando na busca de melhor qualidade na construção do conhecimento (FERREIRA; GUIMARÃES 2003, p.139).

Assim, tanto a direção da instituição escolar quando todo corpo docente deve buscar meios para que esses estudantes se adaptem mesmo em meio as diferenças, de modo que o conhecimento chegue à eles com qualidade, Minetto (2008, p. 58) ressalta que “Todas as adaptações precisam ser entendidas como necessárias por uma equipe multiprofissional, incluindo aí a equipe da escola e, a partir da posição dessa equipe, é que se decide o que pode e deve ser feito.”, apesar de não ser um processo fácil, ele é necessário para que a escola se torne inclusiva, de forma que atenda aos estudantes e suas particularidades; e que os professores de Educação Física de um modo especial auxiliem na interação desses discentes, elaborando mais métodos que incluam esses estudantes em suas aulas, principalmente as práticas, para que a socialização entre todos os estudantes seja um meio de diminuir as diferenças, de forma que todos os fatores ligados a aprendizagem impliquem diretamente na qualidade de ensino, e que outros fatores e benefícios sejam enriquecidos.

- Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca foi um documento que surgiu a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que foi organizada pela UNESCO e o governo da Espanha em 1994, com o objetivo de promover uma educação para todos, desenvolvendo uma abordagem inclusiva, na qual vem lembrar declarações das Nações Unidas no ano de 1993 que assegura que a educação para pessoas com deficiências faça total parte do sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A declaração foi o primeiro documento de afirmação, que reconhece os direitos no ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência, afirmando o direito universal de educação à todas as crianças com deficiência, estabelecendo novas diretrizes para o ensino (SANTANA; SILVA, 2016).

A Declaração de Salamanca assegura diversos direitos às pessoas com deficiência, e entre eles há também o princípio fundamental de inclusão escolar.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos

vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11-12).

Dessa forma é importante que as escolas se organizem e se adaptem a realidade social, de forma que receba esses estudantes e forneça aos mesmos, uma estrutura tanto física quanto pedagógica de qualidade, para que a inclusão aconteça de acordo ao seu verdadeiro significado, acabando assim com qualquer forma de exclusão, vivendo todos com igualdade (BORGES et al., 2013).

A construção da escola inclusiva também precisa do auxílio dos professores, dos pais e dos governantes, pois todos têm o papel de agentes transformadores, que através da educação podem desenvolver uma mente mais suscetível às mudanças, através do respeito e da diversidade humana, pois na escola inclusiva todos os estudantes irão aprender participando (AINSCOW, 1999; MITTLER, 2000; apud SANCHES; TEODORO, 2006).

A Declaração de Salamanca (1994, p.6) diz que “Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade.”, dessa forma as escolas precisam encontrar meios de ensinar essas crianças e jovens, afim de que todos sejam incluídos.

De acordo ao último censo do IBGE em 2010, 45,5 bilhões de pessoas no Brasil tinham alguma deficiência, cerca de 23,9% da população do país daquele ano. Dentro desse número 30 a 35% dessas pessoas estão na Bahia.

Todos dentro desses números que se enquadram em algum nível de escolaridade devem ser incluídos nas escolas regulares, dessa forma os professores devem buscar aprimoramento profissional para que possam desenvolver sua prática pedagógica de forma a garantir que seja possível educar a todas as crianças com qualidade, principalmente aquelas que tem deficiências múltiplas, proporcionando um ensino que ajude a modificar ações discriminatórias, e criar uma sociedade mais acolhedora (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável

da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.7).

Apesar das limitações terem que ser levadas em consideração no processo educativo, há maior importância em focar nas potencialidades do estudante, pois são elas que serão desenvolvidas podendo ou não acarretar numa diminuição de suas deficiências (SANTOS, 2008).

O referido documento exerceu influência em muitos outros, como por exemplo a Lei nº 13.146 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e o Decreto- Lei nº. 54/2018, que serão detalhadamente analisados no tópico a seguir.

- Legislação

A primeira lei que veio tratar de pessoas com deficiência, foi a de Nº 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1961, ela diz que a educação de pessoas com deficiência deveria se encaixar no sistema da educação, com a finalidade de inclui-los na sociedade, boa parte dessa lei foi revogada por outra lei 35 anos depois.

Outro ponto muito importante foi instituído pela Lei 7.853 de 1989, que no seu artigo 8º diz que “recusar, suspender, procrastinar (retardar), cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, matrícula de pessoa com deficiência” é considerado crime (BRASIL, 1989).

O Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que foi alterado pelo Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 conceituam as deficiências como alterações completas ou parciais, que podem comprometer funções físicas, coordenação e locomoção, dificultando também a orientação no espaço, nas habilidades sociais, como a comunicação com outras pessoas, pelo fato de não entender informações.

Em 6 de Julho de 2015 foi sancionada a Lei nº 13.146 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual no seu Art. 1º é instituída, afim de assegurar e promover a todas as pessoas com deficiência, condições igualitárias do direito à cidadania e liberdade, com o objetivo de se alcançar a inclusão social. Além disso no seu Art. 27, vem assegurar a educação inclusiva

durante toda a vida e em todos os níveis de ensino, alcançando o máximo desenvolvimento dos talentos e habilidades, de acordo as características e necessidades de cada um.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é uma lei nova, ao se comparar com as lutas traçadas pelos direitos das pessoas com deficiência, que no Capítulo IV vem assegurar a esses o direito a educação, o Art.27 parágrafo único diz que “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (p. 7). Dessa forma, cabe a todos esses citados implementar e criar meios que possibilitem mais efetivamente a inclusão, pois infelizmente, nem sempre acontece o que garante a lei.

Além disso, é importante que os pais dessas crianças sejam orientados dos direitos existentes que lhes são atribuídos e garantidos pela lei, pois as escolas juntamente com os órgãos públicos têm um papel vital no processo da educação familiar, assim devem buscar e lutar para que tudo isso que está no papel de fato venha ocorrer. No Art. 28, parágrafos do I ao V é instituído que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

Não basta que o estudante simplesmente esteja em uma sala de aula, é mais que isso, é possibilitar que esses tenham o mesmo direito que os outros, e que se tenha investimento na educação deles, pois é necessário que se tenha recursos nas escolas, como libras e braile, pois não será possível que um estudante surdo ou

cego seja ensinado se os tais não forem implementados nas escolas, desenvolvendo educacionalmente os estudantes com deficiência, de forma que os mesmos exerçam suas funções sociais de forma ativa e participativa (SILVA, 2015).

O mais recente é o Decreto- Lei nº. 54/2018 vem tratar também do ensino inclusivo para cada estudante com deficiência, de forma que cada potencialidade seja trabalhada, de forma que o ensino seja adequado as características de cada estudante, tendo estratégias e metodologias diversificadas assegurando a aprendizagem e a inclusão de cada um, garantindo um ensino de qualidade durante toda a vida escolar.

Metodologia

A pesquisa é um trabalho com abordagem qualitativa qual segundo Minayo (2009, p.21) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. O trabalho de campo aproxima o pesquisador da realidade sobre a qual formulou a pergunta, de forma que também haja uma interação com os participantes da pesquisa (MINAYO, 2009).

A realização dessa pesquisa aconteceu na escola municipal de Ensino Fundamental II do município de Várzea do Poço – BA, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2017, tem uma área de 206,478 km² com 8.661 habitantes de acordo ao último censo ocorrido em 2010 e está situado na região do Piemonte da Chapada Diamantina. Município de clima semiárido e bioma de caatinga, a mesma teve sua emancipação política no dia 30 de Julho de 1962.

A amostra teve como critério de inclusão, a participação dos professores responsáveis pelas aulas de Educação Física, sendo eles formados na área, que tem/tiveram estudantes deficientes. A escola conta com dois (2) professores, fiz contado com eles e posteriormente nos encontramos para a realização da entrevista. Enfatizo que a identidade dos participantes não será revelada em nenhum momento.

Os instrumentos metodológicos para a construção de dados foi a entrevista semiestruturada e um questionário. A entrevista segundo Gil (2008, p.109) “é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais” é o meio mais usado no processo de trabalho de campo, pois é um diálogo com a finalidade de

construir informações necessárias para o objetivo de pesquisa, onde uma pessoa coleta os dados e a outra é a fonte de informação. (GIL,2008; MINAYO, 2009).

Foram feitas perguntas formuladas pelos próximos pesquisadores, que ao longo da conversa pode tomar rumos diferentes, pois o entrevistador teve liberdade para desenvolver cada situação que considere adequada, para ser colocadas outras questões do referido assunto (TRIVIÑOS, 1987; MARCONI; LAKATOS, 2003).

O questionário foi utilizado para construir dados mais objetivos, como sexo, idade, instituição que se formou, se possui especialização, entre outras questões, afim de conhecer o perfil do entrevistado de forma mais hábil.

As construções de dados aconteceram após a exposição do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), e com consentimento dos participantes foi entregue o questionário, em seguida o pesquisador procedeu à leitura em voz alta de cada pergunta da entrevista semiestruturada e deixou uma cópia de leitura para o entrevistado, sendo que cada pergunta e respostas foram gravadas e as entrevistas aconteceram de forma individual.

Como instrumento de análise de dados utilizamos a análise de discurso que de acordo a Orlandi (2009) é um meio que busca compreender o discurso como a prática da linguagem, sendo ela mediação entre o homem e a realidade, assim o discurso é o estudo da língua de forma particular onde se constrói um dispositivo para interpretação. Inicialmente ordenei os dados construídos para uma melhor organização dos mesmos (transcrição de gravações), fiz a interpretação dos dados do questionário e da entrevista, articulando com os referenciais teóricos da pesquisa.

Utilizei como ferramentas de pesquisa para construção dos resultados as leituras analíticas e interpretativas dos dados colhidos. Após esta fase, realizei a leitura geral do material transcrito, que me permitiu a organização dos dados coletados, levando-se em consideração as informações obtidas nas ferramentas utilizadas. De forma que fossem perceptíveis como os professores trabalham em suas aulas de forma que haja a inclusão dos alunos com deficiência, analisando se sua metodologia abrange positivamente a inclusão dos alunos, e se a infraestrutura da escola possibilita o desenvolvimento de vivências.

Com base na Resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa a pesquisa obedecerá às exigências da mesma, visto que trabalhará com seres humanos.

É importante ressaltar que, a entrevista foi realizada em locais calmos e ambientes que garantiram que as informações ali levantadas não fossem escutadas por terceiros. As mesmas foram gravadas e guardadas sob a minha responsabilidade.

Durante toda a pesquisa os possíveis riscos foram continuamente minimizados, o respeito a pessoa foi princípio fundamental, o que garantiu a autonomia do participante, além da proteção daqueles que necessitam.

Resultados

Inicialmente fui procurar os professores que atuam em escolas públicas de Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) da cidade de Várzea do Poço (sede), qual só conta com uma escola. Os dois professores que lecionam nesse ano letivo (2019) tem formação em Educação Física, e tem discentes com deficiência. Após colher essas informações, passamos para o momento da entrevista, a Secretaria de Educação e direção da escola deu autorização para a pesquisa, assim os horários das entrevistas foram combinados com os professores, para que não atrapalhassem suas aulas, e ocorreram em um local onde não houvesse interrupções durante a construção de dados, as entrevistas foram gravadas.

As entrevistas foram feitas com os 2 professores que ensinam na escola, visto que os mesmos atendem aos critérios estabelecidos na pesquisa, que são: professores responsáveis pelas aulas de Educação Física, sendo eles formados na área, que tem/tiveram estudantes com deficiência. Sendo 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino.

Os dados expostos no quadro 1 mostram que o professor 1 se formou em Educação Física no ano de 2016. Já o professor 2 se formou no ano de 2012. Os dois professores possuem especializações, professor 1 em Educação Especial e Inclusiva, Educação Física Escolar e Pedagogia, o professor 2 em Esporte Escolar e possui um curso de capacitação em Educação Especial.

Quadro 1 – Formação acadêmica dos professores entrevistados

Participantes	Instituição em que se graduou	Ano de formatura	Curso(s) de Especialização
Professor 1	UNEB	2016	Educação Especial e Inclusiva/ Educação Física Escolar/ Pedagogia
Professor 2	UnB/ UAB	2012	Esporte Escolar/ Capacitação em Educação Especial

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Em análise ao quadro 2 nota-se que o professor 1 tem mais tempo de carreira, mesmo antes de ter sua graduação já atuava no ensino desde 1987, já o professor 2 tem menos tempo de atuação mesmo tendo concluído sua graduação primeiro, ingressou na rede municipal no ano de 2018. Percebemos que acerca das informações coletadas através do questionário, há na escola 12 alunos com deficiência, visto que professor 1 atua no turno matutino e o professor 2 no vespertino. Nesse ano letivo o professor 1 tem 8 alunos com deficiência, distribuídos entre os 6º ao 9º ano. Para ter conhecimento das deficiências tive acesso as pastas dos alunos, os quais frequentavam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), constatando acerca das pastas encontradas, que são estudantes com Deficiência Intelectual. Já o professor 2 tem 4 alunos com deficiência e as deficiências descritas pelo professor são 1 com Síndrome de Down e Deficiência Intelectual em estudantes do 6º, 8º e 9º ano.

Quadro 2 – Atuação docente dos professores entrevistados

Participantes	Tempo de ensino na rede municipal	Alunos com deficiência em 2019	Tipo(s) de deficiência do(s) aluno(s)	Série do(s) aluno(s)
Professor 1	32 anos	8	Deficiência Intelectual	6º ao 9º ano
Professor 2	2 anos	4	Deficiência Intelectual	6º, 8º e 9º ano

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Diante disso, através das entrevistas refletiremos por meio do discurso dos professores, coletados por meios da entrevista, analisando assim suas respostas afim de perceber se há inclusão nas aulas de Educação Física, e como este processo está acontecendo em uma escola de ensino regular.

É importante ressaltar que não cabe a nós atribuímos valor as falas dos professores, pois cada uma tem um modo diferente de se expressar e trabalhar, mas sim tentar compreender o que eles fazem para que a inclusão de estudantes com deficiência ocorra em suas aulas, afim de responder à questão que norteia o estudo.

Dessa forma, decidimos expor o discurso dos professores da forma mais completa possível, para que facilite a análise de dados, as falas serão expostas com a maior fidedignidade, para que se tenha uma boa compreensão (MINAYO, 2009).

Assim, para que se tenha uma melhor compreensão das práticas metodológicas, concepções e dificuldades dos professores, dividimos a discussão em dois sub tópicos, Concepções e as práticas pedagógicas; Dificuldades enfrentadas, deixamos claro que esses elementos estão relacionados.

Discussão

Concepções e as práticas pedagógicas

Nesse primeiro sub tópico, foi possível concluir as significações dos professores quando se trata da inclusão, o que pode ser feito para que aconteça nas aulas de Educação Física, e de que forma eles trabalham para que os estudantes com deficiência participem de todos os momentos de suas aulas. A seguir os trechos das entrevistas com os professores, quando perguntado o que significava inclusão para os mesmos.

Professor 1: “É a capacidade de entender... respeitar né, independente de sua deficiência... acolher a todos né... e é viver com as diferenças.”

Professor 2: “Incluir é acolher a todos no ensino... sem exceção né, independentemente de questões física e mentais.”

Podemos perceber nas falas dos professores que a inclusão está baseada na capacidade de conviver com as diferenças, de forma que os estudantes sejam acolhidos de modo respeitoso, trabalhando “[...] na construção de relações que possibilitem uma escola que efetivamente acolha a todos” (MAGNABOSCO; SOUZA, 2018), assim como os estudantes que não tem nenhuma deficiência, trazendo assim a ideia de aceitação do diferente. O discurso dos professores também faz lembrar da Declaração de Salamanca, a qual normaliza o ensino independentemente das diferenças apresentadas pelos estudantes.

A escola é para todos, assim deve haver mudanças nas estratégias utilizadas, para que todos possam vir a desenvolver, tolerância, respeito e

valorização da diferença, partindo de que todos estão ali para aprender juntos, cabe então mudanças no processo de ensino aprendizagem, pois para se incluir não basta está na escola apenas fisicamente, mas que o estudante venha se sentir parte da escola, de forma que ela seja responsável pelo mesmo (SILVA; RIBEIRO; CARVALHO, 2014).

Quando questionados a respeito da inclusão dos estudantes com deficiência em classes regulares as respostas foram as seguintes; professor 1: “É importante, muito importante... a sala de aula deve ser um espaço coletivo né, circular e... e linear, pois todos tem algo para ensinar, compartilhar e aprender.” Em uma de suas falas o professor 1 ainda diz que “A Educação Física é uma das melhores disciplinas no ambiente escolar [...]” para que ocorra a inclusão dos estudantes.

Nesse contexto, precisamos pensar a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino comum para além da aprendizagem sistematizada dos conteúdos escolares. É necessário discutir as relações constituídas entre esses estudantes e seus pares, bem como entre eles e os vários profissionais da educação, devido à necessidade de desvelar os aspectos subjacentes que perpetuam a reprodução de práticas segregadoras, para que possamos problematizá-los [...] (MAGNABOSCO; SOUZA, 2018, p.116).

Percebe-se a importância de se incluir um estudante com deficiência, pois além de ser um ambiente coletivo, é um local onde há a possibilidade de trocas de conhecimento, como é perceptível na fala dos professores. O professor 2 em sua fala disse que:

É importante esses alunos terem acesso ao ensino regular né... é que assim eles podem se sentir acomodados e... e se tiver um ensino que seja centrado, focado no aluno né, seria mais fácil satisfazer a necessidade de cada um né... e com a inclusão se alcançaria a educação para todos.

O discurso do professor 2 faz lembrar da Declaração de Salamanca (1994) quando ela cita a importância de uma pedagogia que seja centrada na criança, e a importância de que os estudantes com deficiência estejam incluídos no ensino regular, qual deveria se adequar as necessidades dos mesmos, afim de que encontrem meios mais capazes e eficazes de construir uma educação inclusiva, alcançando a educação igualitária para todos.

Assim é evidenciado nos discursos dos professores o que suas aulas de Educação Física poderiam promover aos estudantes. Professor 1: “A promoção da interação de todos, é... criar oportunidades para deficientes mostrarem que também são

capazes... são capazes de evoluir em conjunto.” Professor 2: “Por a educação física trabalhar por meio do movimento, ajuda nas questões pessoais e interpessoais né, estimulando na participação e no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.”

Diante a fala dos professores, percebe-se mais uma vez que o ambiente da sala de aula possibilita o ensino- aprendizagem não apenas professor- estudante, mas também estudante- estudante, e estudante- professor, construindo um conhecimento mútuo. Em relação a aprendizagem estudante- professor podemos dizer que o mesmo aprende com a prática tudo aquilo que a formação pode não ter proporcionado, e pode-se ser observado na fala do professor 1 que: “[...] o professor aprende a adequar a metodologia... de acordo a especificidade de cada um.”. De acordo com Cunha e Gomes (2017, p.420) “[...] a prática pedagógica do professor de Educação Física, [...] constrói-se na prática, no contato com o outro, no diálogo com o aluno.”, colocando em prática tudo aquilo que aprendeu em sua formação, adquirindo assim mais conhecimento com a realidade.

Acerca das práticas pedagógicas, podemos ressaltar a importância de mudanças e novas estratégias para que facilite a inclusão dos estudantes com deficiência. Diante disso as práticas dos professores segundo eles se dão através de jogos e de suas adaptações. Professor 1: “Minhas práticas acontecem através de atividades lúdicas é... porque promovem a interação de todos os alunos né... oportunizando diversão... adaptadas as atividades de acordo a necessidade de cada um, para assim vencer seus limites.”, e ainda segundo a esse professor 1 a Educação Física é o melhor meio de incluir pois ela “[...] proporciona ao aluno o direito da socialização com os colegas.”, professor 2: “Adaptações dos esporte, jogos sem regras estabelecidas e brincadeiras sabe... porque estimulam a participação dos alunos.”

Silva e Bordas (2012) porém, infelizmente o problema surge quando achamos que a inclusão acontece ao basear as práticas pedagógicas apenas em atividades que promovem a socialização como principal objetivo, e não com o intuito de amparar o processo educativo, com isso pode acontecer que o problema se torne maior, e mais difícil de ser resolvido.

Diante dessas falas, para os professores suas aulas possibilitam a participação do estudante com deficiência, mas precisamos entender, que não basta promover essa

participação para o estudante está incluído, sua presença na atividade não garante isso, assim segundo isso Cunha e Gomes (2017, p.420) diz que:

para que o aluno que apresenta deficiência se envolva na atividade, é necessário que ele sinta-se pertencente ao grupo e se vincule com a possibilidade de executar uma atividade física e de contribuir com seu grupo em uma situação lúdica de jogo ou de brincadeira.

Os professores também falaram o que poderia ser feito para melhorar suas práticas pedagógicas, a fim de que a inclusão ocorresse efetivamente em suas aulas, o professor 1 disse que as melhorias poderiam acontecer através de “[...] investigações ou experiências educativas relacionadas com a inovação pedagógica.”, professor 2: “Se preparar para saber lidar com a diferença... é ajustar as intervenções pedagógicas de acordo ao processo de aprendizagem de cada aluno [...]” ele ainda disse que “O graduado tem que procurar se especializar.”, e assim percebemos a importância que é dada para uma continuação nos estudos, de modo a sempre buscar estratégias novas que possam ajudar na construção de uma escola e ensino inclusivo. Partindo disto, é necessário abordar a questão do currículo da escola, qual se relaciona com diretamente com o que os professores iram desenvolver em suas aulas.

Toda organização de uma escola está descrita em seu currículo e no Projeto Político Pedagógico (PPP) que é a base do trabalho de um professor, é através dele que há organização das aulas, e é nele que o projeto educacional da escola está baseado, por isso eles devem seguir as mudanças na sociedade, os fatos, as legislações, e os aspectos tanto sociais, quanto políticos e culturais. De forma que os objetivos educacionais sejam atendidos, e que a inclusão venha a ocorrer (MINETTO, 2008; VEIGA, 2008).

Segundo Minetto (2008, p. 57) “O currículo norteia a organização do PPP da escola.”, dessa forma as pessoas envolvidas nessa construção/organização têm a autonomia para fazer mudanças que facilite a inclusão, havendo assim uma flexibilidade do mesmo, estando assim, aberto para mudanças quando houver necessidades; essa “autonomia implica responsabilidade e comprometimento, sem perder a relação com o PPP e os objetivos da escola.” (p. 58).

É preciso que haja essas adaptações curriculares quando possível, pois um currículo fechado faz com que os professores se acomodem seguindo sistemicamente o

que há na sua programação, não dando a devida importância aos alunos que irão compor aquela escola, de forma que não venha acontecer modificações de acordo aos perfis dos estudantes que irão atender, pois cada um tem suas individualidades que precisarão serem desenvolvidas, e a partir de um currículo aberto, flexível, com possibilidades de adaptações, a diversidade será atendida, beneficiando à todos os estudantes (MINETTO, 2008).

Silva e Bordas (2012, p.1) dizem acerca do currículo: “Este currículo, outrora rígido e hermeticamente fechado, precisa ser flexível o bastante a ponto de garantir, através de adaptações, a acessibilidade ao conhecimento de todos os alunos, independente de sua deficiência.”

Assim, para haver propostas educacionais inclusivas é necessário que o currículo e o PPP não fiquem apenas no papel, documentado, mas que tenha execução diária, de modo que a escola venha assumir o “[...] compromisso de levar a todos os alunos a possibilidade de aprender de forma significativa por meio do reconhecimento e valorização das diferenças presentes em sua clientela.” (SOUTO et al, 2010, p.769).

Para Minetto (2008), uma escola inclusiva tem no currículo e no PPP, as suas compreensões, vontades e pensamentos, pois tudo isso que se acredita deve ser colocado no papel, para que sejam capazes de cumprir o que almejam, assim a estruturação de um currículo flexível resultará em benefícios, quando assim todos entendam sua razão e compactuem com sua prática. Pois é importante que todo o contexto escolar sustente as modificações necessárias para acolher os alunos com deficiência.

Diante disso a função do professor é importante para a aprendizagem dos estudantes, pois “nada ou ninguém é mais importante para a melhoria da escola que um professor; a mudança educacional depende do que os professores fazem e pensam” (WARWICK, 2001, p. 115). Assim nas práticas metodológicas em sala de aula devem utilizar atividades curriculares e estratégias, nas quais instiguem não só a participação de todos, mas o envolvimento e autonomia, visto que todos estão ali para aprender, desse modo cabe a escola e aos professores responsáveis pela disciplina de Educação Física, adaptarem os métodos a cada realidade de forma que ocorra uma aprendizagem concreta dos estudantes.

- Dificuldades enfrentadas

Nesse sub tópico irei discutir acerca das dificuldades enfrentadas pelos professores em sua docência para implementação da inclusão no ensino regular, visto que, no sub tópico apresentado acima podemos perceber que uma dessas dificuldades foi a formação dos mesmos, qual não os preparou suficientemente para atuar com estudantes com deficiência, é possível analisar isso também na fala do professor 1 acerca das dificuldades a respeito do que compromete que a escola seja inclusiva, quando ele responde que é “Falta de especializações dos professores”.

Infelizmente isso ocorre porque o currículo de formação da graduação muitas das vezes não oferece disciplinas específicas que tratem de estudantes com deficiência, das deficiências e como agir para incluir os mesmos. Luna (2005) apresenta possibilidades para que essa realidade seja superada:

Como é o caso dos currículos de formação do educador. Estes precisam reavaliar os conhecimentos que devem ser almejados pelos cursos, discutir mais profundamente os conceitos de inclusão e exclusão. Perceber como os processos de exclusão se estabelecem na prática docente e as contribuições de reforço da exclusão pela práxis do professor e, a partir da conscientização, imprimir verdadeiras mudanças de postura (p. 75).

Dessa forma é necessário também que sempre busquem uma formação continuada, para que desse modo os professores possam compreender e aprender como trabalhar com estudantes com deficiência, se especializando cada vez mais, para que possam vencer os obstáculos apresentados pela docência, ainda mais quando se trata de inclusão no ensino regular.

Quando foram questionados acerca das principais dificuldades em sua prática pedagógica em turmas com pessoas com deficiência e o que dificulta que a escola seja inclusiva, o discurso dos professores foram os seguintes:

As dificuldades vai desde das péssimas condições né da estrutura física da instituição, é... com espaços arquitetônicos não adaptados... e além da exclusão né, e do preconceito, também a falta de materiais adaptados e... e da participação junto com os colegas... e falta de participação da família (Professor 1)

A escola não possui um ambiente favorável pra inclusão né,.. as salas, os materiais, móveis, sem serem adaptados né, e... pouco espaço para recreação e ausência de recursos com mais tecnologia. É... e além disso tudo ainda

existe resistência de alguns profissionais, da comunidade e até mesmo dos pais né, que não compreendem o objetivo da inclusão escolar. (Professor 2)

É perceptível no discurso dos professores que uma das dificuldades é o ambiente físico qual os estudantes são recebidos, visto que o mesmo acaba impossibilitando a locomoção, além da escassez de materiais que ajudem a diversificar as atividades propostas, dificultando uma inclusão de forma concreta, pois por conta disso acabam que dando dispensa a esses discentes, de modo que a sua participação seja mínima em atividades práticas. Assim, podemos relacionar esse problema a outro também relatado pelo professor 1 que foi a exclusão e o preconceito.

Se a instituição não dispõe de um ambiente que possibilite a inclusão, isso diminui consideravelmente a participação gerando assim a exclusão desses estudantes, visto que infelizmente há nas aulas de Educação Física uma cultura de competitividade, onde os tipos menos capazes não são inclusos, visto que são atividades que visam a vitória, não dando lugar a cooperação e valorização das diferenças, crescendo também o preconceito, outra dificuldade citada pelo professor (RODRIGUES, 2017).

Outra dificuldade também citada pelos professores é a participação e acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos, visto que é de extrema importância a parceria da escola com a família, pois quando se pode trabalhar em conjunto de forma que venha auxiliar e facilitar as práticas pedagógicas dos professores, sempre visando um maior desenvolvimento desses estudantes.

Desta maneira, podemos perceber que as dificuldades de acordo aos professores para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, na escola de Ensino Fundamental II da cidade Várzea do Poço são as questões de falta de infraestrutura, formação profissional, falta de material, exclusão e a falta de acompanhamento familiar.

Considerações Finais

Acredito que o presente estudo teve o objetivo geral alcançado, que foi analisar a prática pedagógica dos professores de Educação Física do município de Várzea do Poço de modo a compreender se há inclusão de alunos com deficiência em suas aulas. Dentro do

estudo também foi possível perceber a realidade da cidade, visto que possui apenas uma escola pública de Ensino Fundamental II.

Ao analisar a fala dos professores no que diz respeito a suas concepções do que é inclusão, percebemos que eles têm um pensamento voltado para o acolhimento desses estudantes com deficiência e o respeito e o saber conviver com as diferenças do outro, o que é importante mesmo não havendo estudantes com deficiências na turma, porém eles também assumem a dificuldade nesse percurso traçado para alcançar a inclusão.

O caminho para a inclusão acontecer nas aulas está sendo traçado em meio as dificuldades, entretanto esses que surgem por conta da formação dos mesmos, que talvez falharam em não se prepararem para atuar nessa realidade, mesmo os dois tendo feito cursos e especializações, pois a prática acaba se distanciando da teoria, por isso é imprescindível o prático pedagógico na formação dos professores de Educação Física.

Além disso, as limitações do ambiente físico qual não dá a possibilidade de livre acesso a esses estudantes, surgindo assim exclusões nas vivências, de forma que o preconceito cresça, vale ressaltar então a importância da família nesse processo visto que a formação dos estudantes os prepara não só para uma vida acadêmica quando se há a inclusão, mas também para uma vida social.

Diante disso, é fundamental que se incorpore em documentos curriculares, relatos dos grupos que foram ou são excluídos no decorrer da história, de forma que sejam contemplados pelas políticas públicas educacionais, superando as discriminações e que a inclusão ocorra com mais efetividade (BRASIL, 2016).

Assim é de suma importância práticas pedagógicas e estratégias voltadas para o estudante com deficiência pois é necessário que os mesmos participem das aulas, pois por meio de atividades práticas eles podem desenvolver novos hábitos e costumes, de modo que seu desenvolvimento e aprendizagem melhorem a cada dia.

No que se refere ao planejamento das aulas, aprendizagem está ligada ao currículo, pois ele orienta e auxilia nas ações que os docentes tomam para ministrar suas aulas e fazer seu planejamento pedagógico dando foco na funcionalidade do aluno, no que ele pode fazer e não no que ele não pode, não é pensar nas limitações e sim nas possibilidades.

É importante que os professores de Educação Física tomem conhecimento das deficiências e potencialidades de seus estudantes, para que esse planejamento

venha potencializar o seu desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todos os educandos convivam de forma produtiva.

Dessa forma, chegamos à conclusão que o processo de inclusão está no início, por isso é importante não nos aquietarmos, mas sempre buscar produzir mais estudos que possam contribuir para compreensão e desenvolvimento das práticas inclusivas nas aulas de Educação Física em classe regular. Esperamos que o presente trabalho possa vir a cooperar acerca do que vem sendo desenvolvido para que a inclusão seja uma realidade do ensino público regular da cidade de Várzea do Poço.

Referências

AGUIAR, J. S; DUARTE, E. Educação Inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.11, n.2, p.223-240, Mai.-Ago. 2005.

BEYER, H.O. **Inclusão e Avaliação na escola**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação. 2010.

BIAGGIO, R. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. **Revista Criança do Professor da Educação Infantil**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 19-26, nov. 2007

BIANCONI, E. C; MUNSTER, M. A. V. Educação Física e Pessoas com Deficiências: Considerações Sobre As Estratégias De Inclusão No Contexto Escolar. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009, Curitiba. **Anais do IX Congresso Nacional de Educação** Curitiba: PUCRS, p. 6011 – 6020, 2009.

BORGES, et al. Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores. In: **Anais Eletrônicos do Congresso Acadêmico Científico da UEG de Porangatu**. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 54/2018, de 6 de Julho de 2018. Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva**. Diário da República, 1.ª série. N.º 129. Brasília, p. 2918 – 2928, jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela**

jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 out. 1989.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: proposta preliminar.** 2ª versão revista, 2016.

_____. Ministério da educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica/** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

CARVALHO, S. C de; PAULINO, P. C. **Inclusão: um privilégio de conviver com as diferenças.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Cornélio Procópio/ III curso de Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, 2009.

CAVALCANTE, M. A escola que é de todas as crianças. **Nova Escola**, Ed. 182, p. 40-45, mai. 2005. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/1585/a-escola-que-e-de-todas-as-criancas> Acessado em 09/11/2018 às 10:53

CIDADE, R. E. et al. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista integração**, São Paulo, Edição especial, v. 14, p. 27-30, 2002.

COSTA, A. M; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 27-42, mai. 2004.

CUNHA, et al. Concepções de professores de Educação Física sobre inclusão escolar. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 414-429, 2017.

CRUZ, G. C; EL TASSA, K. O. M. Inclusão e diferença na escola: o legado da formação de professores de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. s877-s890, abr-jun. 2016.

DELLANI, M. P; MORAES, D. N. M. de. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. **Revista de Educação do Ideau**, Getúlio Vargas, v. 7, n. 15, p. 1-13, jan-jun. 2012.

DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância.** v. 3. Rio de Janeiro: UGF,1995.

PRADO, A. M. C. C. do; MAROSTEGA, V. L. A inclusão do portador de necessidades especiais em âmbito social e escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. n. 17, p. 05-12, 2001.

FERREIRA, M. E. C; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 543-560, 2007.

FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, Pará, jul-set. 2009

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HEHIR, T. et al. Os Benefícios da Educação Inclusiva para Estudantes com e sem Deficiência. **Abt Associates**, ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 de Janeiro de 2019.

LARA, et al. A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 67-74, jan-jun. 2017.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação** /São Paulo : Cortez, 1994.

LUNA, C. F. **Educando para a diferença**: análise crítica do conhecimento sobre pessoas com necessidades especiais nos currículos dos cursos de educação física, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.

MAGNABOSCO, et al. Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 115-122, 2018.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MINETTO, M. F. **Currículo na educação inclusiva**: entendendo esse desafio / 2. ed. Rev. atual. ampl. – Curitiba: Ibpex, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 28ª ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 2009.

NOVELLI, P. G. O conceito de Educação em Hegel. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 65-88, 2001.

NUNES, et al. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2009.

RIBEIRO, M. L. S et. al. (Orgs). **Educação Especial: Do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

RODRIGUES, D. A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física**, Lisboa, n. 24-25, p. 73-81, 2017.

SANCHES, I; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 8, p. 63-83, 2006.

SANTANA, P. O; SILVA, O. O. N. da. Educação de pessoas com deficiência: caminhos para inclusão. In: NETO, Jorge Lopes Cavalcante; SILVA, Osni Oliveira Noberto da (org.). **Diversidade e movimento: diálogos possíveis e necessários**. 1. ed.- Curitiba, PR: CRV. p. 15-39, 2016

SANTOS, I. A. Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica. **Caderno Temático, apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná**. 2008.

SILVA, M. D. O. et. al. Atitudes e práticas dos professores face à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. **Revista portuguesa de pedagogia**, Coimbra, p. 53-73, 2014.

SILVA, O. O. N. **Adaptações curriculares nas aulas de educação física para alunos com deficiência**, 2011. Monografia (Especialização em Educação Especial). Universidade Estadual de Feira de Santana.

SILVA, O. O. N. **Inclusão nas aulas de Educação Física: Concepções de professores na educação básica / Novas Edições Acadêmicas** – 2015

SILVA, O. O. N; BORDAS, M. A. G. Reflexões sobre a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física escolar, **Revista Digital**. Buenos Aires - Año 17 – n. 168 – mai. 2012.

SOUTO, M. C. D. et al. Integrando a Educação Física ao Projeto Político Pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva. **Motriz**, Rio Claro, v. 16 n. 3 p. 762-775, jul-set. 2010.

SOUZA, W. C. **A Inclusão do Educando com Deficiência na Escola Pública Municipal de Goiânia**: O Discurso de Professores de Educação Física. Dissertação (Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, 2003.

STRAPASSON, A. M; CARNIEL, F. A Educação Física na Educação Especial. **Revista Digital** - Buenos Aires -Ano 11 – n. 104 - Janeiro de 2007.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da acção: necessidades educativas especiais**. 1994.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: Uma construção possível. / Campinas, SP: Papirus, 24ª ed. 2008.

WARWICK, C. **O Apoio às Escolas Inclusivas**. In D. Rodrigues (Org.), Educação e Diferença. Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva Porto: Porto Editora. p. 109- 122. 2001.

Artigo recebido em: 06 de julho de 2020

Aprovado em: 03 de novembro de 2020

SOBRE XS AUTORXS

Klaus Araujo Santos – Professor de Educação Física com mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação. Membro do Grupo de Pesquisa Micropolítica do Cuidado e Formação em Saúde, do Grupo de Estudo, Pesquisa e extensão em Educação Especial e Educação Física Adaptada e do Laboratório de Avaliação e Intervenção em Atividades Motoras Adaptadas. Desenvolve estudos e pesquisas com ênfase em Educação Física, Níveis de Atividade Física e Desempenho Motor, Saúde Mental, Saúde Pública, Educação Permanente em Saúde, Saúde do Trabalhador, Gestão em Saúde, Planejamento em Saúde, Condições de Saúde, Qualidade de Vida, Barreiras para a Prática de Atividade Física e Gestão Universitária.

Contato: klasantos@uneb.br

ORCID: 0000-0002-3425-3343

Ianca Rios Pinho Costa – é graduanda em Educação Física. Participante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Física, Esporte e Lazer.

Contato: iancapinhorios@gmail.com

ORCID: 0000-0002-7881-2178

Valdinei de Freitas Rodrigues – Licenciado e Bacharel em Educação Física, com Especialização em Treinamento Desportivo e em Docência no Ensino Superior. Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Física, Esporte e Lazer.

Contato: valdineifreitas01@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-0696-1342